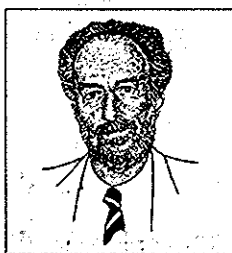


WASHINGTON NOVAES

O que é sustentável?

Começam em muitos países, inclusive no Brasil, preparativos para a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, que as Nações Unidas realizarão no ano que vem na África do Sul. Será a Rio+10, destinada, uma década após a realização da II Conferência Mundial



Quatro anos se passaram desde a Rio+5 e o balanço continua melancólico

sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – a Rio 92 –, a verificar em que extensão foram ou não cumpridos os compromissos assumidos naquele momento por mais de 170 chefes de Estado.

No Rio de Janeiro, esses chefes de Estado, concordando que o diagnóstico da situação ambiental no planeta era muito grave, criaram a Convenção sobre Mudanças Climáticas, na qual assumiram o compromisso de reduzir as emissões de poluentes da atmosfera aos níveis de 1990, no máximo; aprovaram a Convenção sobre Biodiversidade, com o compromisso de protegê-la, estancar o processo de extinção de espécies em marcha acelerada; e se dispuseram a aplicar em seus territórios a Agenda 21 global ali aprovada, com sua carta de princípios.

Nesse último documento, os países industrializados comprometeram-se a transferir sem ônus para os países mais pobres 0,7% de seu produto interno bruto, para ajudá-los a enfrentar as graves questões ambientais e de pobreza que os afligem. Calculava-se que para isso seriam necessários US\$ 600 bilhões anuais. Os próprios países pobres entrariam com 80% ou US\$ 480 bilhões. Os ricos doariam US\$ 120 bilhões anuais (estavam repassando menos de metade disso, US\$ 55 bilhões/ano). Maurice Strong, o secretário-geral da conferência, dizia que era “a última oportunidade de reverter os rumos e evitar uma catástrofe global”.

Quando o mesmo Rio de Janeiro, em 1997, abrigou delegados de 80 países na Rio+5 – um balanço do que acontecera desde 1992 –, o desfecho foi melancólico. Verificou-se que continuavam a crescer as emissões de poluentes atmosféricos; não se detivera a extinção de espécies e a perda de florestas tropicais – seu principal berço – seguia à razão de 150 mil km² por ano; a Agenda 21 quase não saíra do papel e os países ricos haviam reduzido – não aumentado – seus repasses aos mais pobres. Mikhail Gorbachev, presente ao evento, sentenciava: “Se não encontrarmos um novo patamar civilizatório, dentro de 30 a 40 anos a Terra poderá viver sem nós.”

Para que isso não acontecesse, a Carta da Terra, ali formulada, recomendava:

- Para proteger a biodiversidade, incorporar às contas nacionais de cada país a contabilidade ambiental, de modo a que se valorasse o patrimônio natural e se punissem os agentes da devastação;

- reduzir em 20% as emissões de poluentes atmosféricos, inclusive mediante mu-

danças nas matrizes energéticas de cada país que, entre outras coisas, privilegiassem a conservação de energia, não a expansão da oferta;

- levar à prática imediatamente o compromisso de transferência de recursos para as nações mais pobres, para que estas implementassem com urgência os programas de erradicação da pobreza.

Mais quatro anos já se passaram. E o balanço continua melancólico. Não se alterou o quadro dramático da extinção de espécies nem ocorreram, no geral, as mudanças nas matrizes energéticas. Os Estados Unidos, principal emissor de poluentes, aumentaram em mais de 10% suas emissões sobre os níveis de 1990; a Ásia, em mais de 50%; o Japão, 7,6%; a América Latina, 32,5%. No conjunto, a União Européia manteve quase estáveis as suas emissões e a Rússia reduziu as dela em quase 40%, com a queda na atividade industrial. Mas não se consegue levar à prática o compromisso assumido pelos países industrializados, em 1997 (Kyoto), de baixar suas emissões em 5,2% entre 2008 e 2012.

Esse quadro explica as terríveis previsões, divulgadas recentemente pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), sobre aumento da temperatura, derretimento de geleiras, elevação do nível do oceano, disseminação de catástrofes

climáticas e de doenças – já comentadas neste espaço –, caso não se consiga reverter as tendências.

Seremos incapazes dessa reversão de rumos, de implantar mudanças em nosso modo de viver que nos levem ao chamado desenvolvimento sustentável – entendido como o desenvolvimento capaz de assegurar as necessidades das atuais gerações sem comprometer as necessidades das gerações futuras?

Na Rio+5 se estabeleceu forte polêmica a partir das afirmações do teólogo Leonardo Boff, para quem as palavras “desenvolvimento” e “sustentável” implicam uma contradição em termos. Seriam palavras originadas de lógicas diferentes, irreconciliáveis entre elas. Desenvolvimento, segundo ele, pressuporia “horizontes ilimitados, crescimento permanente e sem limites, competição e impossibilidade de cooperação”. Por isso tudo, fatalmente seria “produtor de exclusão”. Insustentável. Já a sustentabilidade teria como pressupostos a admissão de limites não ultrapassáveis, solidariedade e cooperação.

Seria assim? Boff dizia ser possível que “a globalização caótica esteja criando um novo padrão de comunicação entre os seres humanos, que supere o Estado-nação” e nos leve a novos horizontes. Seria a “emergência da noosfera”, novo patamar na história planetária, de que falava outro teólogo, Teilhard de Chardin: “Mentes e corações unificados num único planeta, a cidadania terrenal.”

Diriam os pessimistas que não está ocorrendo o novo padrão de comunicação fruto do mundo globalizado. A Internet continua concentrada nos países industrializados (93%), agrava-se a concentração do conhecimento, segundo vários relatórios internacionais.

É o quadro que provavelmente emergirá da Rio+10. Que dirão dele os chefes de Estado? Que dirá Gorbachev?

